



QUESTIONE DELLA LINGUA: INTRODUÇÃO E BIBLIOGRAFIA

Ângelo Cristóvão

Sociolinguista e empresário
Secretário da Associação de Amizade Galiza-Portugal

«*Que a nossa alma seja invadida por uma sagrada ambição de não nos contentarmos com as coisas medíocres, mas de anelarmos às mais altas, de nos esforçarmos por atingi-las, com todas as nossas energias, desde o momento em que, querendo-as, isso é possível!*»

Giovanni Pico della Mirandola. *Oratio de Hominis Dignitate*. (Discurso sobre a dignidade do homem), 1487

São tema do painel de línguas do *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* «*as definições de “língua” e suas construções ideológicas, sociais, académicas e políticas*». Como sociolinguista, interessa-me a relação existente entre a concepção da língua e o desenvolvimento de uma determinada comunidade linguística. Neste sentido, a minha comunicação tem um duplo intuito. Em primeiro lugar, contextualizar o conceito de língua na história da cultura europeia. Em segundo lugar, fornecer uma breve explicação do —divergente— percurso histórico do português na Galiza e Portugal, com alguns exemplos salientáveis. Não quero fazer um resumo de cinco séculos de história mas apenas assinalar alguns dos aspectos que, na minha opinião, podem ajudar a entender a situação do português na Galiza.

O que me animou a indagar estes assuntos foi conhecimento do texto de Lluís V. Aracil (inédito, como a maior parte da sua obra) sobre a «História das Línguas Europeias». Trata-se de uma transcrição do seminário que ele leccionara —em português— em Ourense em 1988 sob o mesmo título. Posteriormente, o sociólogo valenciano ministrara um segundo, «Història de les llengües d'Europa», em 1990, Barcelona, cujo conteúdo complementa o primeiro. Este texto é, em certo modo, resultado das descobertas aracilianas.

A expressão *questione della lingua* faz referência a um debate secular produzido na Itália sobre o modelo de língua comum e a distribuição de usos sociais com o latim. Pode considerar-se iniciada a começos do século XVI e rematada a meados do século XIX, com a constituição do Estado Italiano e o triunfo definitivo desta língua sobre o latim. Todos os autores coincidem em notar a publicação da *Eloquência vulgar* (De Vulgari Eloquentia) de Dante Alighieri Florentino (1265-1321) como obra fundamental para compreendermos a *questione*.

1. A *questione della lingua italiana*

Maurizio Vitale explica —nas pp. 9-12 do seu livro— os conceitos desenvolvidos através das 799 páginas do texto, que constitui um compêndio de cinco centúrias de publicações e discussões sobre a língua comum. O autor percorre a história do italiano começando no século dos gramáticos, o XVI, em que também achamos uma preocupação similar nos países que receberam os ideais humanistas.

A *questione* começara a debater-se publicamente na data precoce de 1435, em duas obras de Flavio Vionni e Leonardo Bruni, que tinham por tema a existência de duas línguas, uma literária e outra vulgar, tanto no latim quanto no Italiano. Estava já estabelecida a primeira dimensão: a disputa entre as duas línguas sobre o lugar —académico, institucional— que a cada uma correspondia. A segunda dimensão, o italiano literário em confronto com os dialetos, seria tema principal da Academia della Crusca, solucionada no século XVI com uma tendência arcaizante e no XVIII modernizante, sob a base do florentino. A unidade só seria conseguida no século XIX, na altura da constituição do Estado Italiano.

O primeiro livro considerado propositadamente académico é o *Vocabolario degli Accademici della Crusca*, texto amplo e organizado com intuito normativo conforme aos critérios de Lionardo Salviati (1539-1589), cuja primeira edição é de 1612, existindo diversas posteriores. Salviati foi um defensor do tradicionalismo linguístico e principal fundador da *Accademia*. A criação de uma posterior anti-Crusca prova a polémica que se seguiu entorno à língua comum.

Um autor imprescindível nesta época é Sperone Speroni (1500-1588) cujo texto mais conhecido é os *Dialogi* (1542), entre os quais está o seu *Dialogo delle lingue*. Um extracto pode ler-se no livro de Amadeu Viana (pp. 51-63) ou no anteriormente citado de Vitale (pp. 630-632). Durante os séculos seguintes a dinâmica entre cruscantes e anti-cruscantes define a dialética sobre a língua comum. Inúmeros textos e autores concedem a este problema o rango de questão pública.

O escritor que venceu a definitiva estabilização da *questione* foi Alessandro Manzoni (1785-1873). Já na introdução ao *Fermo e Lucia* (1823) exprimia as dificuldades com que um escritor em italiano se defrontava para escrever um romance, pela incerteza no italiano literário (ausência de fixação unívoca da escrita) e a sua “pobreza” (lexical).

Ele procurava uma língua comum para todo o país, moderna, de uso e compreensão uniforme, e fê-lo através do tosco-florentino, não numa linha arcaizante, mas adaptando-o à linguagem da sua época. A independência italiana (1868) produziu o contexto adequado para o fomento da unidade. Nessa altura escreve *Dell'unità della lingua e dei mezzi per diffonderla*, como presidente da *Commissione da Pubblica Istruzione*, com a encomenda de «*Proporre tutti i provvedimenti e i modi coi quali si possa aiutare e rendere più universale in tutti gli ordini del popolo la notizia della buona lingua e della buona pronunzia*» (op. cit., p. 446), para cujo fim Manzoni propõe oficialmente a difusão de um vocabulário, o do florentino falado, que recebeu diversas críticas e uma forte oposição em certos sectores. Este texto propugnado por Manzoni começaria a publicar-se em 1897, sob o nome de *Novo vocabolario della lingua italiana* e responsabilidade de Giambattista Giorgini (1818-1906), registando diversas edições posteriores.

As ideias manzonianas triunfaram definitivamente favorecendo a unificação do italiano. Este modelo, assumido e difundido pelo Estado, constituiu o impulso definitivo para a sua universalização.

2. A história da Galiza. Carência de explicações

A *questione della lingua* da Galiza, entendida como a discussão sobre a *ortographia* (a escrita correta), data de há três décadas ou mais de um século, conforme aos critérios que forem utilizados. Em qualquer caso seria muito errada a pretensão de os galegos termos sido iniciadores deste tipo de debates. Temos visto como os italianos discutiam estes assuntos já nos fins do *quattrocento*, tendo sido lugar-comum no seguinte século e tema habitual da Academia della Crusca. De tudo isto, na Galiza e em geral, nada sabemos. Até parece não ser percebida esta carência entre as pessoas que, à partida e pela sua profissão, poderiam estar interessadas.

Um dos grandes problemas históricos da Galiza, quanto à língua, é termos perdido muito cedo a ligação com os movimentos culturais europeus que conformaram a realidade presente. Se nos séculos XIII e XIV os galegos fizemos, através dos cancioneiros, algum contributo notável à cultura europeia, a nossa evolução posterior assemelha-se a um desaparecimento. Aracil assinala como a grandeza da literatura medieval galaico-portuguesa contrasta com a sua fragilidade. Uma literatura comum à Galiza e Portugal -até ao ponto de não poder-se atribuir uma grande parte dos autores a uma ou outra nacionalidade, e que desfrutou de elevado prestígio na corte castelhana, parece ter-se esvaído pouco tempo depois de grande parte do território originário: A Galiza. Não é um caso isolado na Europa. Catalão, Gaélico e Ocitano estiveram em situações semelhantes, com desiguais resultados.

Os professores de língua e literatura galegas costumam qualificar o período do qual carecemos de textos escritos *em galego* —entre a lírica galaico-portuguesa e o ressurgimento do século XIX— como *séculos obscuros*, explicando simplesmente que não existiu nada, apenas a chamada *literatura de circunstâncias*, que nem literatura é. Entre os cancioneiros e o romantismo a Galiza perdeu o seu lugar na história e na cultura europeia. A explicação mais

comum culpabiliza os Reis Católicos desta desgraça histórica. Tem a vantagem de pôr no exterior as causas, mas não pode alienar toda a responsabilidade dos agentes da sociedade galega. Basta dizer que outros países, durante esses séculos, produziram em circunstâncias semelhantes textos de valor em línguas vulgares, inexistentes na Galiza.

Portanto, uma explicação cabal deste período histórico não pode continuar a consistir na transmissão da mesma ideia de vazio, falseadora e frustrante, que se repete todos os anos nas aulas do ensino universitário, no bacharelato, e em inúmeras conferências de personalidades entregues à difusão de um discurso sobre a língua da Galiza, que nada tem a ver com o modelo a seguir – o das línguas nacionais. Um salto histórico de quatro séculos sem uma explicação do que, entretanto, tem acontecido no contexto europeu, sem dar a conhecer as claves para interpretar a história das línguas europeias, é uma mutilação motivada, quer no desconhecimento, quer na intenção de ocultar a história, quer em ambos os motivos.

Primeiro, resulta evidente que o português escrito, na Galiza, perdeu a continuidade histórica já no século XV. Parece trivial mas é fundamental salientar este facto por constituir uma pista fundamental para compreendermos com é que temos chegado à situação presente.

Segundo, é também evidente que a língua vulgar continuou a ser falada, mas este facto não constitui um mérito preferente. A cultura é, por definição, por conceito, artificialidade. Contrariamente ao que afirmam todos os dias os regionalistas, e repetem de modo irreflexivo muitos ideólogos do nacionalismo em nome do povo galego, a transmissão natural da língua durante vários séculos não é meritória. Para uma caracterização ideológica das diferentes versões do que podemos chamar *naturalismo suicida*, aplicável aos movimentos sociais de recuperação das línguas, podemos ler o livro de Bolnow intitulado *Sprache und Erziehung* (linguagem e educação). Verdadeiramente, o mérito teria sido, por exemplo, termos alfabetizado a população em proporções elevadas, mas nunca houve uma Escola Galega além da que se faz em castelhano. Infelizmente, ainda hoje muitos nacionalistas galaicos insistem na necessidade de o ensino público oficial ser garante da normalização linguística do ‘galego’, como se o Estado Espanhol estivesse moralmente obrigado a desnormalizar o castelhano.

Recuperar o tempo perdido, ligar com os processos históricos que conformaram as línguas nacionais, conseguir o apoio e a solidariedade internacional -primeiramente de Portugal e, em segundo lugar, doutros países europeus- devia ter sido a tarefa principal dos escritores e políticos do ressurgimento, da Real Academia Galega, das Irmandades da Fala — constituídas em 1916— e, em geral, do galeguismo do século XX. Deixo para o leitor a avaliação sobre o nível em que estes objetivos foram atingidos.

A mensagem que Aracil transmite na sua História das Línguas Europeias é clara: Há uns modelos culturais favorecedores das línguas. Não é preciso inventá-los —preciso é conhecê-los. É isto que tratam os seguintes parágrafos.

3. A Galiza e Portugal. Uma história sociolinguística divergente

Para nossa sorte, o português que tinha nascido na velha Gallaecia continuou a desenvolver-se no Reino de Portugal, até converter-se em língua nacional e instrumento de comunicação nos cinco continentes. Vamos fazer uma comparação com o contexto exterior para tentar perceber a diferença que houve entre o que poderíamos chamar, historicamente, a Galiza que constituiu Portugal e a Galiza que ficou sob o domínio castelhano e, depois, espanhol.

Enquanto o humanismo greco-latino entrava na Corte de D. João II nos últimos anos do século XV em Portugal, da mão de Cataldo Siculo Parisio, a mesma língua deixava de escrever-se na Galiza. Não pode negar-se a importância da dominação política e militar que os castelhanos exerceram sobre o Reino da Galiza, porém não pode utilizar-se como explicação para tudo quanto tem acontecido no desenvolvimento posterior.

Alguns textos galegos que ainda podemos ler em bom português daquela época são os escritos notariais. Um exemplo é o Livro de Notas do Notário de Rianjo Aluar Peres, texto publicado sob a organização do professor antilusista Fernando R. Cabo Tato. Nesse texto observa-se que, em 1457, ainda a qualidade da linguagem notarial era boa. Fica patenteada, nas suas páginas, a dependência política da Galiza. Exemplo claro é a reclamação do castelhano Rodrigo de Luna, Arcebispo de Compostela, contra o rianjeiro Sueyro Gomes de Soutomayor, sob o título «Testimoyo autorizado sóbrela casa de Rriãjo» (pp. 145-149). Trata-se de um documento notarial longo —para o habitual nessa época— com o texto oficial em português, seguido da carta em espanhol do arcebispo, respondida posteriormente na língua da Galiza pelo destinatário da carta, o citado Sueyro. Notário e nobre escrevem em vulgar galego; a autoridade político-elesiástica em castelhano: ficava estabelecida a hierarquia, que continuava sem interrupção até ao presente.

Seguindo a exposição de Aracil, enuncio a seguir alguns dos os processos que configuraram as línguas nacionais e dos quais ficou ausente a Galiza:

3.1. A introdução da imprensa, os processos de gramaticalização, o humanismo vulgar e as traduções para as línguas vulgares

A imprensa tornou-se uma indústria a finais do século XIV, uma atividade empresarial generalizada que criou um público leitor. É claro que isto aconteceu apenas nalguns casos. Dois aspetos interessa salientar especialmente:

Primeiro, obrigou os editores a fazer escolhas para a escrita, fomentando a sua unificação. No contexto do humanismo greco-latino publicaram-se as primeiras gramáticas das línguas vulgares. Na nossa os principais autores desta época foram Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1539) e Nunes de Lião (1576). Dois séculos mais tarde seria difundida oficialmente a *Arte da Grammatica da língua portugueza* de António José dos Reis Lobato (1770), durante o governo do Marquês de Pombal.

Segundo, a difusão desta indústria ajudou também à promoção da língua vulgar reconhecida pelas autoridades dos reinos e principados da Europa, ocupando estas um espaço entre os meros vulgares orais e o latim, a *grammatica*, em que se desenvolvia a cultura não popular. A imprensa facilitaria, também, a difusão dos clássicos greco-latinos, primeiramente no original e, posteriormente, nas traduções para as línguas vulgares através do humanismo vulgar nos séculos XVII e XVIII. Ficava assim estabelecida a primeira diferença entre as línguas que atingiriam, já nessa altura histórica, um mínimo grau de difusão e conhecimento internacional, e outras que ficariam como meros vulgares restringidos à oralidade, como o português na Galiza.

Uma tarefa fundamental do humanismo vulgar foi o fomento das línguas através da tradução das obras mais importantes em latim, o que Aracil define com uma “transferência de tecnologia”, para as respetivas línguas das *nationes*. É, evidentemente, o caso da Arte Poética de Horácio (*Epistula ad pisonem*, 10 a.c.) transladada pela primeira vez para a nossa língua por Aquiles Estação e publicada em 1553 em Antuérpia. Para o espanhol as duas primeiras traduções foram publicadas entre 1558 e 1591, por Francisco Sánchez de las Brozas, El Brocense. Coisa semelhante acontece com as outras línguas europeias. A Arte poética era estudada pelos bacharéis e serviu de modelo literário durante séculos. A época em que foi traduzida, para cada língua, serve de indicação do estágio de desenvolvimento das comunidades linguísticas na Europa.

Capítulo especial merece a tradução da Bíblia e o papel da Igreja no controle das oficinas tipográficas, na maior parte dependentes dela. Dois aspectos interessa salientar:

O primeiro, citado por Aracil, é a diferença evidente entre a Igreja católica e a reformada. Uma das ideias defendidas pelos pregadores protestantes era a necessidade de aproximar a palavra de Deus do povo. Por isto traduziram a Bíblia. É dentro da Igreja que surge a necessidade de traduzir e dignificar a língua vulgar, e isto só podiam fazê-lo pessoas com conhecimentos de *grammatica*. Nos países católicos só os autorizados, os cregos, podiam ler e interpretar as Sagradas Escrituras. Por isso a introdução dos vulgares na liturgia se produziu mais tarde. Como é lógico, os cregos protestantes fomentavam a alfabetização em vulgar porque isto permitia aos fieis terem acesso direto ao Livro e participarem em igualdade na liturgia. Os fieis já não precisavam intermediários para o diálogo com Deus e, além do mais, podiam fazê-lo na sua língua, sem necessidade de aprender latim. Séculos mais tarde, no XIX, saber ler e escrever tornaria-se condição indispensável da dignidade pessoal e social.

Esta diferença histórica entre católicos e protestantes é semelhante à existente no procedimento judicial. Tradicionalmente, na Inglaterra, por exemplo, o cidadão pode representar-se a si mesmo perante a justiça, renunciando mesmo ao advogado se for o seu desejo. Nos países católicos estamos necessariamente representados por um *letrado*. O mesmo nome implicava a suposição de o representado não saber de letra: ser analfabeto.

As traduções da Bíblia foram um indício do nível de desenvolvimento das línguas europeias. No nosso caso o Antigo e o Novo Testamento foram traduzidos por João Ferreira de Almeida (1628-1691). Naturalmente não era católico mas presbiteriano, e exerceu as suas funções na Holanda. Contudo, a Bíblia completa em português viria a ser impressa em 1753, provavelmente em Amsterdão. O caso mais citado nas bibliografias europeias é a tradução que fez Lutero (1486-1546) para o Alemão. Todavia, a primeira publicação parcial nesta língua data de 1471. Cita Aracil ainda o precedente de Meister Eckhart (1260-1327).

Além do caso precoce do alemão, vale a pena virar os olhos para o catalão, em cuja língua a primeira edição completa da Bíblia data de 1478. Na opinião de Adrian Hustings isto fala muito favoravelmente da cultura medieval catalã (ou aragonesa). A evolução posterior não condiz com este precedente mas fica como um indício do que poderia ter sido o Reino de Aragão se o seu desenvolvimento político tivesse sido bem sucedido. Em castelhano traduziu-se pela primeira vez no século XVI mas, por algum motivo, não ficou nenhum exemplar.

O impulso para as traduções surgiu, pelo menos em grande parte, no seio da Igreja e teve por protagonistas personagens que, maioritariamente, seriam excomungados e perseguidos por heresia pela Igreja católica. A principal instituição da Igreja criada para reprimir os hereges foi a Inquisição, encarregada, entre outras tarefas, de destruir os livros proibidos e perseguir esses escritores. Uma edição de 1597 do *Index Librorum Prohibitorum*, do Papa Inocêncio XI, explicita na «Regula IV» os critérios de censura, não apenas para as edições de livros sagrados mas, em geral, qualquer publicação em língua vulgar, com ordens explícitas para bispos e outras autoridades sobre os procedimentos a ser utilizados. A mesma *regula*, acrescentada de outras com conteúdo semelhante, seria publicada em sucessivas edições.

3.2. A participação na *Respublica Litterarum* e o iluminismo

Resulta difícil resumir o que tem significado a República Literária na história da cultura europeia. Limitar-me-ei a salientar alguns aspetos. Dela fizeram parte as personalidades mais notáveis da Europa durante mais de dois séculos. Era o equivalente a uma classe intelectual internacional com regras de admissão e de comportamento concretas, cuja característica principal consistia na difusão livre e universal do conhecimento (censuravam a ocultação das descobertas entre os membros), o fomento das boas relações entre os povos e o emprego do latim para a comunicação interna e as publicações. Esta *Respublica* continuou a existir apesar das guerras de religião e outras lutas, representando uma consciência de comunidade europeia numa unidade que ultrapassava os Estados e as diferenças religiosas.

O jornal intelectual mais importante da República Literária, e da Europa, foram as *Acta Eruditorum*. Publicadas em Leipzig de 1682 a 1782 —de 1732 a 1782 como *Novo Acta Eruditorum*— tratavam temas de *Libri Théologici, & ad Historiam; Ecclesiastican spectantes; Libri Juridici; Libri Medici & Physici; Libri Mathematici; Libri Historici, Geographici, Miscellanei*. Nele podemos ver nomes

de autores franceses, ingleses, alemães, italianos e até algum português, como Petri Almeidæ (Pedro de Almeida): «*Commentarius in C. Suetonis Tranquilli de XII Casaribus Libros VIII*», mas provavelmente não haja um só galego.

A Academia Francesa seria criada pelo Rei para concorrer com os membros da República Literária que, num princípio, nem faziam caso da sua existência e, posteriormente, acabariam por se integrar nela. Foi este o âmbito em que nasceram noções como a opinião pública. Foi na França onde os correios foram impulsionados para favorecer a comunicação entre os membros da república das letras. Foi, evidentemente, o âmbito e o contexto intelectual do iluminismo.

Quando este foro transnacional dos notáveis europeus se dissolveu, a meados do século XVIII, constituíram-se Repúblicas Literárias nas respetivas nações. Esta dissolução foi percebida como um desastre por pessoas como Germaine de Staël-Holstein (Madame d'Estaël), cujo texto mais conhecido é *De l'Allemagne* (1820). Não só pela perda do uso do latim e a dissolução da unidade entre os sábios da Europa; também pela ameaçante situação que se estava a criar.

Houve uma edição alemã, as *Deutsche Acta Eruditorum*, de 1712 a 1739, o que indica em que medida a Alemanha esteve no centro da cultura europeia e continuaria a estar durante muito tempo. E questão que mereceria maior comentário.

Em termos de história sociolinguística da Europa, a situação atual de minorização linguística, a hierarquia entre o castelhano e o português da Galiza -e também do catalão, do bretão, do basco, etc.- cujo desequilíbrio já vinha de séculos, acelerou-se a partir de meados do século XVIII. O castelhano -como o italiano, francês, alemão, inglês, português, polaco e alguma outra- substituiu o latim nas suas funções, nomeadamente no ensino, e tornou-se língua nacional. Por exemplo, comprovamos como em Portugal se ensina a «Gramática latina» do P.^e Manuel Francisco de Miranda (1866-1921), com explicações em português e reeditada até meados do século XX. Na Espanha (incluída a Galiza), difunde-se a «Gramática hispano-latina», de Raimundo de Miguel (1816-78) cuja primeira edição é de 1848.

Regressemos ao século XVIII. O risco que implicava essa ruptura como o passado, em que a língua principal tinha sido o latim, era percebido pelos seus promotores como inevitável, e não isento de alguma incertidão. No «Discours préliminaire» de D'Alembert, da *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (1751), achamos muitas evidências da mudança histórica que se estava a pôr em andamento. Os seguintes parágrafos confirmam a citação que Aracil realizava na sua História das Línguas Europeias:

«Começou-se a sentir que o bom, por ser exprimido em língua vulgar, não perdia nada das suas vantagens; que adquiria ainda a qualidade de ser mais facilmente percebido pelo comum dos homens, e que não tinha relevância nenhuma a língua em que fossem ditas as coisas, comuns ou ridículas e, com maior razão, naquelas que deveríamos falar pior. A gente de letras pensou, então, em aperfeiçoar as línguas vulgares e procurou dizer nas suas línguas aquilo que os anciões tinham dito nas suas» (p. 130).

«Tendo-se estendido a nossa língua por toda a Europa, julgámos que era a altura de esta substituir a latina que, depois da renascença das letras, tinha sido a dos sábios. Acho que é bastante mais excusável, para um filósofo, escrever em francês do que um francês fazer versos latinos; convenho em que este uso contribuiu a tornar as luzes mais gerais se, entretanto, aumenta realmente o espírito do povo, que se estende a superfície. Entretanto, daí resulta um inconveniente que devemos prever. Os sábios das outras nações a quem nós temos dado exemplo, podem acreditar, com razão, que eles poderiam escrever ainda melhor nas suas línguas do que na nossa. Então, Inglaterra imitou-nos; Alemanha, onde o latim parecia ter-se refugiado, começa lentamente a perder o seu uso: não duvido que serão seguidos em breve pelos suecos, daneses e russos. Assim, antes do fim do século XVIII, um filósofo que quiser instruir-se bem nas descobertas dos seus predecessores, terá de carregar na sua memória entre sete a oito línguas diferentes e, depois de ter consumido para as aprender o tempo mais preciado da sua vida, morrerá antes de se começar a instruir». (p.153)

Talvez a maior virtude, o maior contributo das línguas nacionais, tenha sido facilitar a alfabetização da população e, portanto, a difusão do conhecimento, rompendo com a inveterada hierarquia entre letrados e iletrados, cuja diluição, em séculos passados, era apenas uma hipótese. O outro aspeto positivo é ter elevado ao nível superior a língua do povo, simbolizando a culminação de séculos de progresso de determinadas línguas e literaturas, não todas, apenas uma parte das existentes na Europa.

D'Alembert e os outros enciclopedistas tinham consciência dos riscos que implicava a supressão do latim como interlíngua. Este tinha a vantagem de não ser falada por ninguém como língua natural, era de todos os países mas de nenhum em concreto. Era veículo da educação e servia para transmitir uns conhecimentos, difundidos por toda a Europa. Qualquer outra que pretendesse ocupar esse rango teria vários problemas, o primeiro dos quais seria o âmbito restrito de difusão. O segundo, que seria a língua de um povo concreto. Se todos os membros da república literária pretenderem fazer o mesmo —com todo o direito— produzir-se-ia a decomposição do espaço comum e uma concorrência permanente. E nesta situação não todas as línguas poderiam concorrer, como a história posterior demonstrou. Neste processo histórico línguas como o ocitano, o bretão, o português na Galiza ou mesmo o gaélico na Grã Bretanha e Irlanda ficaram fora do jogo, e provavelmente continuarão assim.

Aracil tinha posto em evidência a ausência de crítica ao modelo de 'língua nacional' num artigo de 1984: «"Lengua nacional": ¿una crisis sin crítica?». Se o modelo for universalizado, a maior parte das línguas do mundo ficam excluídas e numa clara tendência à desapareição. O debate parece ter estado oculto. Todavia, o problema continua a estar presente¹.

Temos visto que, a meados do século XVIII, a dialética latim/vulgares se resolveu com a progressiva substituição do primeiro pelas segundas, a ritmos diferentes conforme ao nível de desenvolvimento político, económico e cultural dos diversos países europeus. O abandono do latim como língua de comunicação internacional foi precedente claro dos nacionalismos que, dentro dos territórios nacionais, serviram para duas funções complementares: "libertar" umas línguas e "oprimir" outras. Os nacionalismos começavam a determinar o futuro do continente e do Mundo num período que vai de Napoleão até agora, e que Aracil denominou a "Guerra dos Duzentos anos". Finkielkraut caracteriza

também esta situação em *La défaite de la pensée*, livro recomendável, que começa com uma citação do texto de Julien Benda *La trahison des clers*.

A maior prova da difusão universal e o triunfo total do modelo nacional de organização das sociedades, consiste na incapacidade generalizada para concebermos por outros modelos as relações entre as comunidades linguísticas, e pelas reações “naturais” contra quem criticam a necessidade do nacionalismo como ideologia fundamental da sociedade ou, simplesmente, salientam as suas contradições.

A Galiza fez contributos ao iluminismo com pessoas salientáveis como Feijó, Sarmiento, Cornide, Lago, Cernada e Sobreira... todos em castelhano. Sobeja dizer que não houve república literária galega, numa altura histórica em que o português se tornava língua nacional.

3.3. O período nacionalista

No século XIX, das revoluções liberais e o romantismo, acelerou-se a dissolução do antigo regime e as velhas formas de relação entre as línguas. A introdução dos Bourbões no trono espanhol, os acontecimentos posteriores à guerra de independência contra o exército de Napoleão, a Constituição de Cádiz de 1812, a Lei Moyano de instrução pública, a reforma da organização provincial de Javier de Burgos (1833), passando a Galiza das 7 províncias à 5 actuais, a incipiente difusão da escolarização —toda na língua de Cervantes— configuraram o processo de difusão desta língua na Galiza, que substituiu o latim em todas as funções possíveis —na administração pública e no ensino, na edição de livros e nas publicações periódicas. Na Igreja o uso público e oficial do castelhano esteve tradicionalmente restringido às homilias mas, depois do Concílio Vaticano II, generalizou-se tornando-se em língua única da igreja católica.

Foi no século XIX que se iniciou a recuperação da consciência linguística da Galiza com os escritores Rosália de Castro, Curros Henriques e Eduardo Pondal, numa corrente cultural e política simultânea com Catalunha. Porém, em geral, tanto num como noutro país isto levou-se a termo como atividade folclórica, única forma não conflituosa de dedicar um espaço aos assuntos ‘regionais’ sem pôr em causa a unidade da nação espanhola. O processo de constituição da Real Academia Galega e a sua evolução até ao presente evidencia essa situação. Os presumíveis notáveis galegos, nomeadamente Murguía, para não se confrontar com os escritores contrários à língua popular, nomeadamente Emília Pardo Bazán, demoraram vários anos o processo de constituição desta instituição.

Podemos indagar na história dessa entidade espanhola através dum livro redigido por Elisardo López Varela: *Unha casa para unha lingua. A Real Academia Galega baixo a presidencia de Manuel Murguía (1905-1923)*. Nele se acham múltiplas evidências de que, a RAG, para além das intenções declaradas, nunca exerceu as suas funções como “academia” e “galega”. Os acontecimentos das últimas décadas e os mais recentes de Julho de 2003ⁱⁱ confirmam este diagnóstico. O precedente imediatamente anterior à sua

fundação em 1905 foi a «Asociación Folk-lore gallego», cujo discurso inaugural foi lido pela escritora em espanhol Emilia Pardo Bazán sobre o tema “Folk-lore”. A mesma escritora naturalista foi presidente honorário da RAG inicial junto com Curros e Murguía. Há uma carta de Curros publicada em La Tierra Gallega, Habana, 19-5-1895 em que diz, perante as acusações dalgum jornal que acusava os promotores da R.A.G. de “galleguismo”:

«Receiam alguns, dizia o orador, para prestar-nos a sua ajuda, que nesta Academia possa incarnar-se o regionalismo galego, e eu tenho de dizer muito claro e alto que nada tão longe deste asserto. Aqui cabem os galegos de boa vontade, os regionalistas e os que não o são no senso estrito da palavra, e até os que não são galegos e, contudo, amam a Galiza, como eu a amo, sem o ser» (pág. 32)

Poderia argumentar-se que, realmente, ele pensava fazer o contrário do que dizia, mas a história demonstra ter acontecido justamente o que ele prometeu. Nessa época tinham grande difusão, na literatura, o naturalismo e o romantismo, cujas aplicações ao português da Galiza, têm continuidade na situação atual. O ‘galego’ continua a ser o objeto folclórico a que se dedicam a «Real Academia Galega» e o «Instituto da Lingua Galega», concebendo o galego como dialeto do castelhanoⁱⁱⁱ.

A situação em que se acham os notáveis galegos, os de hoje como os de ontem (e Murguía e Curros pertenciam, sem dúvida, a este género), foi perfeitamente caracterizada por António Gil, no seu livro *Silêncio ergueito*. Do prefácio (pp.7-53) saliento dois aspetos igualmente relevantes, a constituírem duas faces do mesmo problema: 1. O silenciamento, nos âmbitos institucionais e meios de comunicação (e a exclusão e até a perseguição académica) a que são submetidos quem pretendem dignificar a língua da Galiza adotando o português padrão nos discursos escritos, na docência, na administração pública, ou em quaisquer outros âmbitos sociais. 2. A situação de dependência que a notabilidade galega tem respeito da espanhola e a sua incapacidade para se desenvolver como autênticos notáveis da Galiza.

Os falares galegos, respeito da língua portuguesa, mantêm fortes paralelismos com outros casos na Europa, como o do flamengo respeito ao holandês (língua neerlandesa) ou, dentro do território espanhol, o do “valenciano” respeito da língua catalã. Trata-se de línguas que na actualidade registam utentes em territórios pertencentes a dois Estados vizinhos —o Reino da Espanha e a República de Portugal; o Reino da Bélgica e o Reino da Holanda— que, numa altura histórica mais ou menos recuada, faziam parte de uma mesma entidade política, étnica ou cultural. Relativamente à literatura galega ou galaico-portuguesa medieval é fácil, a qualquer observador sem prejuízos, reconhecer que esta teve continuidade no Reino de Portugal, exprimindo-se na mesma língua da Galiza, cujo uso *normal* foi garantido pela independência do Reino de Portugal. Todavia, durante um breve período, o português correu risco de ficar minorizado em Portugal. Durante a dominação filipina (1580-1640) produziram-se fenómenos de adopção da língua castelhana por parte de destacados escritores portugueses. A política dos Reis Católicos, que o historiador castelhano Zorita denominara “*Doma y castración de Galicia*”, teve como elemento principal a substituição da nobreza galega e a autoridade eclesiástica por outra procedente dos reinos de castelhanos —que se exprimia noutra língua— acrescentando o submetimento do Reino da Galiza ao de Castela e

iniciando o período dos chamados “séculos obscuros. O uso literário público reapareceu de novo no Ressurgimento, a meados do século XIX, em que se começou a escrever o “galego” desligado do português e utilizando uma escrita dialectalizada e castelhanizada, prática que continua até ao presente.

Pico concretizou a dignidade do homem como a procura do melhor, desde que seja possível. Quanto à língua, o melhor modelo para a Galiza é Portugal. Mais cada vez na Galiza assume-se que o padrão europeu representa a forma que o galego teria se a história tivesse sido de outra maneira. Achamos que a difusão do seu uso é um grande contributo que, sem pôr em causa adesões políticas, pode contribuir decisivamente para inserirmos a Galiza no seu lugar entre os povos da Europa e da lusofonia.

BIBLIOGRAFIA

AA.VV. *Deutsche Acta Eruditorum*, oder Geschichte der Gelehrten welche den gerenwartigen Zustand der Literatur in Europa Begreifen. Leipzig. 240 títulos, 20 vol.1712-1739.

APEL, Karl Otto. *Die Idee der Sprache in der Tradition des Humanismus von Dante bis Vico*. Bouvier, Bonn, 1963. Tradução italiana: *L'idea di lingua nella tradizione dell'umanesimo da Dante a Vico*. Bolonha, 1975.

ARACIL, Lluís V. «"Lengua nacional": ¿una crisis sin crítica?». Comunicação apresentada à «Mesa redonda sobre las lenguas del Estado español» no *Simposio sobre Innovación en la Enseñanza de la Lengua y Literatura Española*, Madrid, junho de 1984. Publicado in: VV.AA., *Hizkuntza Minorizatuen Soziologia*, Martutene, Tarttalo, 1986, pp. 443-458. Trad. catalã sob o título «"Llengua nacional": una crisi sense crítica?» in *Límits*, nº 1, Barcelona, novembro de 1986, pp. 9-23.

ARACIL, Lluís V. «História das línguas europeias». Tres sessões do Seminário de Sociolingüística, Ourense, 7-9 de dezembro de 1988. Vários transcritores (81 pp.). Inédito.

ARACIL, Lluís V. «Història de les llengües d'Europa». Transcrição do Seminário leccionado no Institut Francès de Barcelona, Barcelona, novembro-dezembro de 1992 (75pp.). Inédito.

BALDELLI, Ignazio. *Dante e la lingua italiana*. Accademia della Crusca, Firenze, 1996.

BENDA, Julien. *La trahison des clers*. Bernard Grasset, cop. Paris, 1977.

BOLLNOW, Otto Friedrich. *Sprache und Erziehung*. Stuttgart/Berlin/Köln/Mainz, W. Kohlhammer, 1966. *Lenguaje y educación*. Sur, Buenos Aires, 1974.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Difel, Lisboa, 2001. Ed. original de 1989.

CABO TATO, Fernando R. *Libro de notas de Álvaro Pérez, notario da Terra de Rianxo e Postmarcos (1457)*. Consello da Cultura Galega. Santiago, 1999.

CONILL, Josep J. «Dir el sentit: una aproximació a la sociolingüística de Lluís V. Aracil». 1994. Tradução portuguesa: «Dizer o sentido: uma aproximação à sociologia de Lluís V. Aracil» (2003), 63 pp. Inédito.

CURTIUS, Ernst Robert. *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter. A. Francke AG Verlag*, Berna, 1948. Trad. Inglesa: *European literature and the Latin Middle ages*. Routledge & Kegan Paul, London, 1979

DANTE Alighieri Florentino (1265-1321). *De vulgari eloquentia*. Con testo a fronte. Introduzione, traduzione e note di Vittorio Coletti. Garzanti, Cernusco-Milão, 4ª Ed., 2000. *Da Linguagem Vulgar*. Obras Completas, vol. X Editora das Américas, São Paulo. Na internet: <http://www.bibliotecavirtual.org.br/leitura/dante.htm>. Tradução castelhana: *De vulgari eloquentia. En torno a la lengua común*. Ed. bilingue latim-castelhano de Manuel Gil Esteve e Matilde Rovira Soler, Ed. Palas Atenea, Madrid, 1987.

-----*Convivio*. Prefazione, note e commenti di Piero Cudini. Garzanti, Cernusco-Milão, 5ª Ed., 1995, 1ª Ed., 1980. (Da ed. original de 1490). Veja-se também a *Edizione critica a cura di Maria Simonelli* (1966), ed. Casa Editrice Prof. Riccardo Patron Soc. A.S. Bolonha, 1966. Em castelhano: *El Convivio*, in *Obras completas de Dante Alighieri*. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1965, pp. 565-591.

DIDEROT, Denis (1713-84); ALEMBERT, Jean le Rond D' (1717-1783). *L'encyclopédie* Diderot et D'alembert. Recueil de planches, sur les sciences, les arts libéraux, et les arts mécaniques, avec leur explication. Sciences. Reprodução facsimilar da edição de Paris, Chez Briasson, 1762-1777. Ed. Inter-Livres, Paris, 1994.

ECKHART, Meister (Eckhardus Theutonicus, 1260-1327). *Die deutschen Werke (Die Deutschen und lateinischen Werke)*. Herausgegeben und übersetzt von Josef Quint. Predigten Erster Band. Stuttgart, 1958.

FINKIELKRAUT, Alain. *La défaite de la pensée*. Gallimard, Paris, 1987. Trad. Espanhola: *La derrota del pensamiento*. Anagrama, Barcelona, 1994.

GIL HERNÁNDEZ, António. *Silêncio ergueito. Apontamentos sócio-políticos sobre questões aparentemente idiomáticas*. Ed. do Castro, Corunha, 1996.

HALL JR, Robert A. *The Italian Questione della lingua: An interpretative essay*. University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1942.

HORÁCIO (Quinti Horatii Flacci, 65 A.C.- 8 D.C.). *Arte Poética (Epistula ad*

pisones). Edição bilingue. Introdução, tradução e notas de R.M. Rosado Fernandes, 4ª Ed., Inquérito, Mem Martins, 1976 (1ª ed.10 a.c.).

- HUSTINGS, Adrian. *The construction of Nationhood*. Cambridge University Press, 1997.
- INOCÊNCIO XI. *Index Librorum Prohibitorum*. Inocentii XI, Pontificis Maximi Iussu Editus Romæ. Ex Typographia Rev. Cam. Apost. 1681.
- LABANDE-JEANROY, Thérèse. *La question de la langue en Italie*. Publications De la Faculté des Lettres de l'Université de Strasbourg, Paris, 1925.
- LA EVEN, A.H. *The "Acta Eruditorum" under the editorship of Otto Mencke (1644-1707). The history of an international learned journal between 1682 and 1707*. Translated from the Dutch by Lynne Richards, mit einer zusammenfassung in Deutscher sprache. APA – Holland University Press, Amsterdam, 1990.
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Estudos galego-portugueses. Por uma Galiza renovada*. Lisboa: Sá da Costa editora, 1979.
- LOPEZ VARELA, Elisardo. *Unha casa para a lingua. A Real Academia Galega baixo a presidencia de Manuel Murguía (1905-1923)*. Espiral Maior, Corunha, 2001.
- MANZONI, A. *Fermo e lucia. Saggio introdutivo, revisione del testo critico e commento a cura di Salvatore Silvano Nigro; collaborazione di Ermanno Paccagnini per la "Appendice storica su la colonna infame"*. Mondadori, Milano, 2002. Na internet:
<http://www.edscuola.it/archivio/antologia/millelibri/Manzoni/0083040.html>
- MENGALDO, P.V. *Linguistica e retorica di Dante*. Nistri Lischi, Pisa, 1978.
- MIGLIORINI, Bruno. *Breve storia della lingua italiana*. Trad. Espanhola: *Historia de la lengua italiana*, 2 vol., Gredos, Madrid, 1969, pp.
- PADOAN, Giorgio. *Introduzione a Dante*. Sansoni Ed., Firenze, 1975.
- PAGANI, Ileana. *La teoria linguistica di Dante. "De vulgari eloquentia": discussioni, scelte, proposte*. Liguori, Napoli, 1982.
- PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. *Discurso sobre a dignidade do homem. Oratio de hominis dignitate*. Ed. 80, textos filosóficos. Lisboa, 1989.
- SCAGLIONE, Aldo (ed.). *The emergence of national languages*. Longo Editore. Ravenna, 1984
- STAËL-HOLSTEIN, Germaine de (1766-1817). *De l'Allemagne*. 2 Vol. GF Flamarion, Paris, 1968. Seconde édition, Paris, H. Nicole, Mame Frères, 1814. Edição de 1820: *Œuvres complètes de Madame la Baronne de Staël* (publiées par son fils). Impr. Crapelet, 2 vol.

VIANA, Amadeu. *Aspectes del pensament sociolingüístic europeu*. Barcanova, Barcelona, 1995.

VITALE, Maurizio. *La questione della lingua*. Palumbo, Palermo, 1960.

Quem desejar ampliar a bibliografia sobre a *questione italiana*, pode continuar no seguinte endereço:

<http://www.uni-duisburg.de/Fak2/FremdPhil/Romanistik/Personal/Burr/Norm/Questione/biblio.shtml>
